

FELICIDADE E VIDA EM COMUNIDADE COMO INDICADORES DEQUALIDADE DE VIDA URBANA

Fernanda Xavier de Souza
Marina Patrício de Arruda
Geraldo Augusto Locks

A qualidade de vida urbana é uma temática que abrange muitas significações que refletem conhecimentos, experiências, valores e construção social. A pesquisa aqui apresentada teve dentre seus objetivos compreender o entendimento de moradores de um bairro de uma cidade de médio porte de Santa Catarina sobre qualidade de vida urbana. A amostragem foi obtida por acessibilidade, tipo de amostragem muito utilizado em estudos qualitativos que não exigem um importante grau de precisão. De acordo com essa metodologia, o pesquisador escolhe os participantes os quais tem acesso. E nesse caso, *os critérios* de Inclusão destacaram moradores residentes no bairro há no mínimo 5 (cinco) anos. A pesquisa teve como instrumento de coleta a técnica de grupo focal com o propósito de obter informações de caráter qualitativo em profundidade. Os resultados obtidos mostram que o entendimento da população estudada sobre qualidade de vida urbana ressalva uma visão sistêmica que interliga direitos sociais e políticos. Critérios subjetivos destacaram a felicidade e a vida em comunidade como indicadores de qualidade de vida urbana que se apresenta como um direito fundamental de dignidade da pessoa humana.

Introdução

A definição de qualidade de vida é imprecisa e dinâmica, nas últimas décadas foram desenvolvidos inúmeros indicadores para operacionalizar tal conceituação, estando o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) entre os instrumentos de âmbito universal, o qual critica a medida do desenvolvimento apenas pelo Produto Interno Bruto (PIB) que mede valores qualitativos como nível de renda, saúde e educação e longevidade, buscando comparar as sociedades onde o índice é adotado (MINAYO, 2013).

Falar em qualidade de vida é considerar questões que ultrapassam o aspecto saúde, adentrando em outras esferas, que de acordo com critérios de avaliação, estão diretamente articuladas à vida de qualquer ser humano, como felicidade, satisfação pessoal em suas vertentes profissional e amorosa, condições e estilos de vida, religiosidade, dentre outros aspectos que são levantados e mensurados nesta busca incessante pela qualificação e quantificação do tema discutido (ALMEIDA; GUTIERREZ, s.d.).

Observa-se ainda, que o termo qualidade de vida apresenta dimensões subjetivas, tendo em vista que a mesma pode ser vislumbrada como a percepção da pessoa acerca do seu estado de saúde, bem como sobre aspectos

relativos a seu contexto de vida, ou seja, como o cidadão mensura sua situação particular em cada uma das esferas relacionadas à qualidade de vida (SEIDL; ZANNON, 2004, p. 582).

A qualidade de vida se estabelece também a partir de parâmetros objetivos e subjetivos. Os parâmetros subjetivos seriam o bem-estar, a felicidade e realização pessoal, entre outros, e os objetivos estariam relacionados à satisfação das necessidades básicas e daquelas criadas em uma dada estrutura social. Os parâmetros objetivos têm a vantagem de não estarem sujeitos ao viés do observador, enquanto os subjetivos possibilitam que as pessoas emitam juízos sobre temas que envolvem suas vidas (PASKULIN et al., 2010, p. 102).

Registre-se que alguns estudos inserem também como elemento integrante da definição de qualidade de vida a relação entre espiritualidade e religiosidade, fazendo com que alguns estudiosos demonstrem essa associação de modo positivo no sentido de bem-estar, satisfação, estabilidade no casamento e, outros observam o caráter negativo desta religiosidade associando-a com ansiedade, depressão, suicídio e comportamentos de risco (PANZINI et al., 2011).

A temática qualidade de vida também abrange muitas significações, que refletem conhecimentos, experiências e valores de indivíduos e coletividades que a ele se reportam nos mais variados períodos e momentos históricos, sendo assim uma construção social (MINAYO; HARTZ; BUSS, 2000) e devido a sua complexidade e utilização interdisciplinar sua delimitação conceitual torna-se profunda (FARQHAR apud PEREIRA; TEIXEIRA; SANTOS, 2012).

Nesse sentido, apesar de haver inúmeras definições não existe uma conceituação de qualidade de vida que seja amplamente aceita, sendo que, todavia, clarividente resta é que esta definição não inclui apenas fatores relacionados à saúde, como bem-estar físico, funcional, emocional e mental, mas também outros elementos importantes da vida das pessoas como trabalho, família, amigos, e outras circunstâncias do cotidiano, não podendo se desperceber a visão pessoal de quem pretende se investigar (GILL; FEISNTEIN, 1994 apud PEREIRA; TEIXEIRA; SANTOS, 2012). Torna-se importante lembrar que um elemento fundamental na discussão sobre o conceito de qualidade de vida é a "equidade na distribuição espacial e no acesso social a determinados serviços e recursos urbanos" (NAHAS, 2004, p. 100),

No final do século passado, diversos países da América Latina, incluindo o Brasil, tiveram o agravamento de vários problemas urbanos, em face do crescimento desordenado e rápido de suas cidades, levando, por consequência ao comprometimento da qualidade de vida urbana (MORAES; CANÔAS; CAMBRAIA, 2014). Assim, a preocupação com a qualidade de vida urbana ganhou o debate político e científico a partir década de 70, tendo em vista o desordenado crescimento das cidades, aumento da desigualdade na distribuição de bens e serviços, das condições de vida da população e ainda pela degradação ambiental (NAHAS, 2004.).

Para discutir tema tão difuso escolhemos o caminho da "vida urbana" considerando alguns estudos sobre as cidades como de Belo Horizonte e Curitiba que foram desenvolvidos pelo Índice de Qualidade de Vida Urbana (IQVU) e pelo Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) calculados a partir de

indicadores georreferenciados (NAHAS, 2001). Mais especificamente pode-se dizer que a escolha do tema considerou a centralidade da habitação: “a inserção cidadã (a inclusão, o direito à cidade) que pressupõe um endereço. Mas o endereço com o significado de inclusão” que implica em acessibilidade a trabalho e renda, moradia servida de saneamento básico, cuidado com o meio ambiente e boa convivência.

De um modo geral, qualidade de vida se interliga particularmente aos direitos de cidadania, a qual, conjuntamente com o princípio da dignidade da pessoa humana, constituem alicerces da República Federativa do Brasil, expressa, taxativamente, na Constituição Federal de 1988. Convém destacar que a Constituição de 1988, fez a opção legislativa de incluir a dignidade da pessoa humana e a cidadania como fundamentos da República Federativa do Brasil, os quais foram inseridos expressamente no artigo 1.º, sendo que se pode aperceber que o objetivo da Constituição brasileira foi fazer com que a pessoa seja considerada fundamento e fim da sociedade, não o sendo tal, o Estado, o qual apresenta-se como um meio e não um fim e que deve ter por função, dentre outras, a preservação da dignidade do ser humano (TAVARES, 2006).

Desta feita, o estudo ora apresentado teve dentre seus objetivos compreender o entendimento de moradores de um bairro de uma cidade de médio porte de Santa Catarina sobre qualidade de vida urbana. A amostragem para a pesquisa foi obtida por acessibilidade, tipo de amostragem muito utilizado em estudos qualitativos que não exigem um importante grau de precisão. De acordo com essa metodologia, o pesquisador escolhe os participantes os quais tem acesso. E nesse caso, *os critérios* de Inclusão destacaram moradores residentes no bairro há no mínimo 5 (cinco) anos. A pesquisa teve como instrumento de coleta a técnica de grupo focal com o propósito de obter informações em profundidade.

A pesquisa em questão se desenvolveu no campo da interdisciplinaridade tendo como eixo a interligação das áreas que estudam a qualidade de vida como saúde, educação, segurança e campo do direito, no que concerne a análise dos princípios da dignidade da pessoa humana.

De cunho qualitativo e exploratório essa pesquisa, é resultado de uma dissertação de mestrado¹ realizada num município de médio porte com moradores de um bairro de periferia. Para a realização desta pesquisa o projeto foi submetido à Plataforma Brasil sendo avaliado e aprovado pelo Comitê de ética em Pesquisa (CEP), sob o parecer n.º 1.657.167.

Resultados e Discussão

Seguindo Nahas (2010, p. 16) sobre a definição de qualidade de vida destacamos que “a percepção de bem-estar resultante de um conjunto de parâmetros individuais e socioambientais, modificáveis ou não, que caracterizam as condições em que vive o ser humano” demos início ao grupo focal indagando a percepção dos moradores sobre mobilidade urbana e transporte, que pelas palavras do Participante significava a melhoria do bairro

¹A dissertação foi desenvolvida ao longo de 2016 junto ao Programa de Pós-graduação em Ambiente e Saúde (PPGAS) da Universidade do Planalto Catarinense/UNIPALAC tendo alguns de seus resultados apresentados em eventos ou artigos científicos.

de um modo geral: "Hoje a qualidade de vida do bairro melhorou 100% da época que eu vim morar aqui, e a época que eu vim morar aqui, carro não subia, quem é um morador a mais tempo sabe, vinha até o sempre verde, do sempre verde se deslocava a pé, porque o carro não subia [...]"

Desta feita, tem-se que a mobilidade urbana se destacou como indicador de qualidade de vida apontado por um dos moradores incluindo sistema de transporte urbano, boa acessibilidade e logística. Outro indicador de qualidade de vida urbana apontado pelos participantes do grupo focal evocou a questão da educação. De acordo com o Participante A:- "Tem dois CEIM's e uma escola estadual que é do primeiro ano ao terceiro ano. - As creches aqui são de referências, as duas creches são referência no município", mostrando o seu orgulho ao sinalizar o destaque alcançado pela creche do bairro. De fato, qualidade de vida e educação estão interligadas, uma retroalimenta a outra, entretanto, nem sempre, ambas são disponibilizadas à população de maneira isonômica (PASCOAL, 2004).

Para Freire; "O direito à educação refere-se ao desenvolvimento intelectual, à obtenção e à ampliação de conhecimento para desenvolvimento psíquico e interação social, sem os quais os homens se aprisionam nas formas desiguais dadas pelas estruturas sociais" (2008, p. 222). Nestes moldes, percebe-se pelos depoimentos dos participantes, que a comunidade possui uma escola estadual, do primeiro ao terceiro ano e duas creches municipais, as quais são escolas de referência dentro do município. Sendo assim, "mais do que oferecer "serviços sociais" – entre eles a educação – as ações públicas, articuladas com as demandas da sociedade, devem se voltar para a construção de direitos sociais" (HÖFLING, 2001, p. 40).

Em conformidade com Santos (2006), um povo educado para que seja possuidor de uma consciência acerca de seu potencial transformador, para a edificação de uma sociedade que tenha qualidade de vida sustentável, é capaz de fazer escolhas políticas para alcançar esse ideal.

O saneamento básico foi outro indicador citado pelos participantes do grupo focal. O participante C destacou:[...] Há algumas décadas, um professor meu surpreendeu todos na sala ao afirmar que o único bairro, na época, com saneamento 100% era o bairro Petrópolis [...]. Destaca-se que a terminologia saneamento básico, tem por escopo tratar a respeito de um conjunto de procedimentos que são manejados por um governo, com o objetivo de dar a sua população uma situação de higiene e saúde, garantindo, assim, uma qualidade de vida e evitando a disseminação de doenças (SANTANA; LUVIZOTTO; CUBA, 2012). Desta forma, pode-se afirmar que a qualidade de vida do cidadão, se encontra intimamente ligada com a qualidade do saneamento e dos recursos naturais (SANTANA; LUVIZOTTO; CUBA, 2012), e esse indicador foi destacado pelos moradores como algo positivo. A questão da separação do lixo também veio para a roda de conversa pelo Participante A:

Nós lá em casa temos o hábito de separar o lixo, antes era quarta agora é segunda-feira e acredito que todo mundo é difícil a casa que você passa que não tem o reciclado e isso é muito importante só que ainda falta conscientizar muitas pessoas aqui no bairro [...].

De um modo geral, torna-se importante observar as decisões da administração pública que acabam por orientar programas, projetos e ações e,

principalmente a implementação de políticas públicas. Para Magalhães Júnior (2007) são vários os instrumentos que auxiliam a decisão como também os interesses locais dos tomadores de decisão. O depoimento acima mostra a consciência do morador acerca da questão do lixo urbano.

Sabe-se que o crescimento não planejado das cidades, com deficiência de recursos, acaba por desencadear problemas de carência de moradia, saneamento, dentre outros, o que leva a urgência, do desenvolvimento de ações, em torno da política urbana (MALHEIROS; PHILIPPI JR., COUTINHO, 2008). Os problemas urbanos conformam uma teia complexa que passa a demandar respostas integradas que mobilizam setores públicos e privados para que se possa melhorar os índices sociais da cidade e, num movimento mais geral a qualidade de vida da população (ORTH, 2001). Outro indicador que surgiu em meio ao diálogo com os moradores foi a questão da segurança. De acordo com o Participante G, o bairro onde escolheu para morar é seguro conforme depoimento que se segue:

(...) porque assim é um bairro próximo ao centro, um bairro seguro né, pelo fato de eu ainda ter uma filha de 12 anos [...] que não existe aquelas coisas que a gente vê: muito de assalto, de crime, eu quase nem vejo falar, eu foi a primeira coisa que me preocupei quando eu vim morar aqui era justamente isso [...].

Esse depoimento aponta a segurança como um indicador de qualidade de vida, o bairro na percepção do morador é um local tranquilo e acolhedor para se viver com a família. No Brasil, de um modo geral, existe uma deficiência nas chamadas Políticas de Segurança aplicadas em nosso sistema e "(...) o processo de estruturação da política de segurança pública exige rupturas, mudanças de paradigmas, sistematização de ações pontuais combinadas a programas consistentes e duradouros, fincados, sobretudo, na valorização do ser humano (...) (CARVALHO; E SILVA, 2011). Assim, um depoimento sobre a existência de um bairro seguro para se morar é sempre bem-vindo.

Por outro lado, um morador apresentou diferente visão acerca da segurança do bairro quando as pesquisadoras retomaram a palavra sinalizando que apenas uma pessoa tinha feito referência a ela o Participante I ressaltou que: "Não é assim hoje de manhã roubaram a bicicleta da casa do meu vizinho 11hda manhã eu fazendo almoço em casa e a minha vizinha em casa com a porta aberta o Ladrão entrou abrir o portão passou a mão na bicicleta e saiu. - Segurança não tem"

Esse morador procurou mostrar que não há um quadro de estabilidade em relação à segurança pública distribuído por todo o bairro muito embora se saiba que interrompendo a dinâmica de proliferação do crime, de um modo geral, temos melhoria da economia e da qualidade de vida (SOARES, 2006). Observa-se nas percepções dos moradores diferentes manifestações sobre o bairro. Se por um lado uns percebem uma vida tranquila, por outro, a criminalidade é lembrada, pois também ocorreram furtos em pleno meio-dia.

No que tange ao depoimento de violência explícita dentro de bairros, em conformidade com Soares (2003) torna-se imprescindível e urgente a reforma das estruturas sociais, com a redução das desigualdades, da miséria, com vistas a se expandir a democracia, identificando os fatores geradores da violência,

bem como que o poder público participe ativamente na resolução de tais questões, como a narrada pelo morador.

A conversa também possibilitou o surgimento da questão do lazer, observando os dados colhidos temos também a ambiguidade de opiniões, sobre as possibilidades de lazer ofertadas naquela comunidade, conforme o Participante Z::

De lazer ate é pouco... mas tem ginásio, tem a igreja, academia ali, tem a terceira idade, que eu trabalho há 40 anos com a terceira idade, tem 50 sociáveis... acho assim: um bairro muito bom... quando eu preciso ali da igreja não tem problema, se não der no dia quem sabe no outro, reserva... ali quando a gente faz as festas de São João e arrecada dinheiro para fazer alguma coisa para elas no final do ano, viagem, alguma coisa então sempre fui bem atendida... nunca... nunca ninguém disse não [...] terceira idade: o único bairro que a gente tem a nossa sala própria é aqui. No bairro, aqui no bairro nós temos a nossa sala própria [...] (grifou-se).

Com base no descrito, a moradora do bairro Petrópolis acendeu uma vertente bastante discutida, que diz respeito a qualidade de vida do idoso. Nestes moldes, a saúde e qualidade de vida daqueles em idade madura, mais do que qualquer outro grupo etário, sofre a influência de diversos fatores, o que desencadeia na análise de que pensar e avaliar a qualidade de vida dos idosos adentra numa esfera interdisciplinar e multidimensional (ANDERSON et al., 1998).

Colhe-se do depoimento do morador, que a qualidade de vida dos idosos desta comunidade se destaca ao relatarem a propriedade de uma sala, aonde são desenvolvidas as atividades do grupo de idosos, arrecadação de fundos para a realização de viagens. O lazer se trata de direito garantido em vários diplomas legais, apresentando-se como um direito social do cidadão, devendo o Poder Público executar este indicador, percebendo-se, entretanto, que não existe clareza de como ocorrerá o cumprimento do mesmo (RAMOS, 2002). Mas pelos depoimentos e relatos do grupo existem no bairro pesquisado espaços vagos, abandonados, que poderiam ser utilizados para a prática de atividades recreativas, conforme relato do Participante G que se segue:

Em termos de qualidade de vida eu acho assim que existe muitos espaços e seria uma função do município, existem muitos espaços vagos, abandonados, que poderiam ser utilizados para recriação das crianças, [...] que poderiam ser utilizados para essas crianças praticarem esporte, a prefeitura poderia receber um profissional para incentivar essas crianças praticarem uma atividade física, trabalhar com os idosos também (grifou-se).

O morador dá destaque ao que pode ser aproveitado e encaminhado como espaço de lazer mas destaca a necessidade de uma participação social maior para que tenham força de mudança. Para o Participante A:

[...] problema maior que não depende só da associação, depende dos órgãos públicos também, é o problema das praças para que nossas crianças tenham também um momento de lazer [...] e quanto a isso eu digo: nós também temos que pedir para o órgão público, para se unir... porque só uma pessoa não consegue... [...] a união faz a força (grifou-se).

As políticas públicas são pilares que norteiam a ação do poder público, assuntos que envolvem o Estado e a sociedade. Com base no depoimento

acima, parte-se da análise, que é fundamental a participação ativa da comunidade frente a questões de interesse geral, que envolvam o caráter público, para que ações sejam desenvolvidas e elaboradas em espaços públicos e não em gabinetes governamentais (TEIXEIRA, 2002). Segundo o Participante M: -

Do jeito que tá... nas praças, aqui não tem como você fazer um campeonato. - Se a gente tiver mais lazer tu vai trazer outras pessoas [...]. - É uma coisa é ligada a outra. - É um início simples porque você vai trazer os pais para ver a realidade, pode provocar mudanças. - Sim porque se fizerem um campeonato você vai lá querer ver o seu neto, aí você vai ver e se você tiver perto, ao lado, eu vou conversar contigo [...].(grifou-se)

Esse morador traz um ponto importante para se pensar a qualidade de vida urbana que é a interdependência entre as coisas. Os sistemas vivos interagem por meio de redes com vários sistemas. Segundo Capra (2006) nessa nova percepção do mundo existe a consciência das inter-relações inerentes aos fenômenos físicos, psicológicos, biológicos, sociais e culturais.

Saúde, outro indicador de qualidade de vida é também destacado em meio à conversação com os moradores. Termo de ampla utilização por clínicos, pesquisadores, economistas, administradores, políticos, não se apresentando como um conceito novo, mas que tem ampliada sua relevância pelos mais variados motivos. A Organização Mundial da Saúde (OMS), no ano de 1948, saúde como a presença de bem-estar físico, mental e social, ou seja, a definiu como não apenas, a ausência de doença ou enfermidade (CAMPOS; RODRIGUES NETO, 2008).

Desta feita, surgem depoimentos a respeito da visão geral sobre o Sistema Único de Saúde (SUS) conforme destaca o Participante C::

[...] por exemplo em relação posto de saúde às vezes as pessoas preconcebem uma coisa que elas não têm conhecimento e por trás criam ou distorcem, eu em todos os momentos ingressei no posto de saúde respeitei a regra: não posso chegar lá e ser atendido imediatamente porque a gente tem o costume de imaginar que o serviço público tem que estar à disposição da gente na hora que a gente quer entende. Tem problema? Tem, tem problemas, mas por exemplo hoje eu não tenho dificuldade ou uma receita de medicamento especial, por exemplo, por que já existe, está integrado no sistema [...], tem problema mas tem de chegar de uma forma tal que se consiga discutir e resolver porque a saúde toda saúde é um problema, o SUS queira ou não queira é o sistema de saúde pública dos mais avançados do mundo. Pode ser que não funciona em algumas cidades, no bairro, mas é a referência do país [...] (grifou-se).

Tal observação feita pelo morador sobre o SUS mostra consciência sobre o sistema de saúde do país e da necessidade de compreensão por parte da comunidade. Por outro lado, conforme afirma Menicucci (2009) referido sistema necessita passar por uma regulamentação, com a integração de políticas público/privadas, que possam não apenas garantir o desenvolvimento do sistema, mas também o bem-estar de seus usuários, para que o SUS ganhe um novo significado, não sendo apenas o SUS para os pobres.

Tem-se que "(...) assim, qualidade de vida é abordada, por muitos autores, como sinônimo de saúde, e por outros como um conceito mais abrangente, em que as condições de saúde seriam um dos aspectos a serem considerados" (FLECK et al. apud PEREIRA; TEIXEIRA; SANTOS, 2012, p. 241). Vários depoimentos controversos também mostraram como a saúde dos moradores é atendida ali no bairro, para o Participante G:

[...] então assim, quais foram os problemas que eu percebi: eu faço uso de remédio de uso contínuo, eu tenho que tomar esse remédio porque eu não consigo dormir [...] o que que o médico me respondeu na frente dos estagiários "é só dar um remédio para ela dormir que passa a dor de cabeça", não é essa questão, eu tenho enxaqueca [...]. Mas teve um lado positivo lá, a minha mãe teve câncer de mama, ela ficou na minha casa eu fui aí algumas vezes buscado curativo, por já ter umas amigas que trabalham ali, eu consegui mesmo não sendo o bairro dela.

Com base na observação feita por este morador, acerca da forma de atendimento recebida "de amigas", somos levados a problematizar que qualidade de vida é também ter um bom atendimento médico à saúde mental e o bem-estar psicológico e social (PIMENTA et al., 2008).

Os moradores também foram questionados em relação ao acesso à justiça, à defensoria pública. Convém então lembrar que, acesso à justiça, não se restringe a mera admissão ao processo ou a simples possibilidade de ingresso em juízo, sendo que para que ocorra o efetivo acesso à justiça, preconizado no inciso XXXV, do artigo 5.º da Constituição da República Federativa do Brasil é necessário que o maior número de pessoas sejam admitidas a postular em juízo e a poderem defender-se adequadamente (CINTRA; GRINOVER; DINAMARCO, 2015). Mas no que diz respeito ao indicador da assistência judiciária, o Participante A relatou:

- Desculpa a minha ignorância, mas quando me perguntam [...], eu digo tem aqui na (...cita o nome da Universidade) que tem o curso de Direito, eu normalmente quando me pedem, não sei se está certo. - Mas alguém aqui já teve essa decisão particular? E teve acesso a defensoria? Não... (grifou-se).

Com base no transcrito acima se pode auferir que estamos diante de um serviço judiciário pouco divulgado, onde o acesso à justiça é limitado a uma parcela mínima da população e a maioria dos cidadãos desconhece seus direitos, ou, se os conhece, não tem condições de os fazer valer (CARVALHO, 2003).

Em seguida surgiu na conversa a questão da cidadania. A cidadania definida pelo princípio da democracia, estabelece-se diante da construção de espaços sociais de luta, como movimentos sociais e na existência de instituições permanentes de expressão política, partidos e órgãos públicos, o que representa a conquista e a consolidação social e política. A cidadania passiva, outorgada pelo Estado, se distingue da ativa, na qual o cidadão, detentor de direitos e deveres, é o criador de direitos, com fito a se abrir novos espaços de participação política (CHAUÍ apud VIEIRA, 2002).

Questionados sobre o princípio da cidadania, o Participante A respondeu:

-

Eu o meu entender, eu acho assim que cidadania é você olhar o outro, como que se diz você saber da necessidade do bairro, tentar reunir pessoas e se nós for esperar só que o governo, do órgão público, nunca vai acontecer em qualquer lugar do mundo e nós aqui temos condições, porque o bairro tem muitas lideranças, só que às vezes as lideranças ficam abafadas por falta de diálogo, isso que nós estamos fazendo aqui é muito importante, eu sou negligente, ele é negligente por exemplo, ah sim mas aqui no bairro se o vizinho está passando por dificuldade nem que o outro não conhece, ele vai lá ver se pode ajudar de que modo.

Assim, a combinação de temas como desenvolvimento sustentável e cidadania para pensar a qualidade de vida, tornou-se um exercício interessante para aquela roda de conversa permitindo a participação popular e a reflexão sobre tais questões, possibilitando ainda, o entendimento dos problemas e suas consequências. Isso permitiu um dos moradores sugerisse que não se deve apenas esperar pela ação governamental sinalizando a importância de cada um fazer a sua parte para imprimir uma dinâmica inovadora ao local onde se mora.

Morin procura mostrar ao longo de suas discussões sobre o pensamento complexo que o indivíduo é "um produto; é o produto, como ocorrem com todos os seres sexuados, do encontro entre um espermatozoide e um óvulo, ou seja, de um processo de reprodução"; resultando assim na sua noção de sociedade - "Desse modo, a sociedade é, sem dúvida, o produto de interações entre indivíduos" (MORIN, 1996, p. 48).

E de acordo com essas ideias, ações pautadas em valores democráticos e solidários foram descritas pelos moradores como ações cidadãs e nesse momento foram indagados sobre qualidade de vida urbana do bairro onde moravam. E sobre isso vários depoimentos se seguiram, e iniciando pelo Participante C ressaltamos:

- Eu para mim qualidade de vida é você se inteirar com as pessoas, e como se diz exteriorizar absolutamente aquilo que você pensa, independente, não ser pautado pelo outro e se preservar... com certeza não vai tomar um comprimido para ansiedade em momento algum, eu acredito que você tá bem com você acima de tudo... e como se diz o outro, vamos supor, aceitar o outro e viver em comunidade dentro das condições [...] viver respeitando as individualidades mas entendendo que você não vive assim individualmente em coletivo (grifou-se).

Esse relato mostra a relação entre qualidade de vida urbana e os princípios fundamentais da dignidade da pessoa humana, na medida em que sinaliza a necessidade da convivência e de aceitação das individualidades. Torna-se então, importante lembrar que vivemos um tempo onde a racionalização marcada pela lógica cartesiana, exclui e isola. Nesse sentido, convém retomarmos a ética e da solidariedade. A Ética significa para Morin (2010) reconstruir a consciência individual e coletiva do sujeito. Ideias importantes que iluminam a compreensão rumo ao que disse o Participante C: "não se vive assim individualmente em coletivo" é preciso refletir sobre o que se faz e a forma como se vive em sociedade (grifou-se).

Retomando o depoimento do participante acima, verifica-se ainda que o mesmo afirmou, que para ele qualidade de vida representava a possibilidade de

conviver com as pessoas, exteriorizar o que se pensa, o direito à liberdade de expressão. Desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 já se tem conhecimento de que:

Toda pessoa tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras”, fazia-se menção explícita à internacionalização da informação e dos meios de comunicação.

Nesse sentido, os depoimentos dos moradores foram esclarecedores de indícios importantes para reflexões sobre a qualidade de vida do bairro e a dignidade da pessoa humana. E para encerrar colhemos ainda dois depoimentos pela importância dos mesmos. O da Participante V, que afirmou:

[...] eu penso que hoje o bairro Petrópolis tem uma qualidade de vida muito boa... [...] alguns anos atrás eram arrecadados os alimentos para pessoas carentes do bairro [...] que tinham muita necessidade, hoje não precisa mais, então, houve uma melhora de qualidade de vida (grifou-se).

Por fim, o Participante Z, que na sua percepção assim identifica qualidade de vida urbana: “[...]...não tem nada melhor abrir a janela e dizer bom dia e olhar que dia mais bonito [...]” (grifou-se).

Conjugando os pensamentos desses moradores ao pequeno país chamado Butão localizado no sul da Ásia, que desenvolveu um mensurador da qualidade de vida de seus habitantes chamado FIB (felicidade interna bruta). Assim, neste pequeno lugar a alegria do povo é uma prioridade maior do que o crescimento econômico, podendo-se afirmar, que se trata de uma prioridade oficial, instituída pelo rei (COZER, 2006).

Essa “felicidade” também foi observada nos depoimentos daqueles moradores que com orgulho se referiram ao lugar onde moram “abrir a janela e dizer bom dia” para o vizinho é indicador de qualidade de vida urbana.

Jacques Delors (1998) em seu livro “Educação: um Tesouro a Descobrir” abordou de forma bem didática os quatro pilares de uma educação para o século XXI; “À educação cabe fornecer, de algum modo, os mapas de um mundo complexo e constantemente agitado e, ao mesmo tempo, a bússola que permite navegar através dele” (p. 89). O relato acima indica o pilar aprender a conviver e o desafio da boa como caminho do entendimento.

Nesse sentido o aprender a conviver diz respeito a “desenvolver a compreensão do outro e a percepção das interdependências – realizar projetos comuns e preparar-se para gerir conflitos – no respeito pelos valores do pluralismo, da compreensão mútua e da paz” (DELORS, 1998, p. 102).

É nesse sentido que Morin (2001) também discute os seres como membros da comunidade terrena, e a necessidade da criação de uma identidade terrena. Esse raciocínio mostra que somos elementos ativos pertencentes ao Sistema Terra, responsáveis pela qualidade das relações que podem definir a qualidade de vida urbana e também a sustentabilidade do planeta.

Considerações finais

O estudo em questão buscou A pesquisa aqui apresentada teve dentre seus objetivos compreender o entendimento de moradores de um bairro de uma cidade de médio porte de Santa Catarina sobre qualidade de vida urbana, o que também arrolou a discussão, ainda que breve, sobre os princípios fundamentais da dignidade da pessoa humana.

A pesquisa mostrou que a técnica de grupo focal foi importante estratégia quando o objeto de estudo é a interação do grupo em torno de uma determinada questão, como no caso dos moradores do bairro que aceitaram o convite para o diálogo.

Dos resultados catalogados e do conhecimento construído durante a pesquisa, pode-se concluir, dentre outras descobertas, que a qualidade de vida urbana está intimamente ligada aos princípios da dignidade da pessoa humana que tangencia toda a questão da cidadania participativa, ativa, dinâmica por meio da qual a pessoa humana interage com o Estado e tem a possibilidade de efetuar mudanças.

No que diz respeito aos indicadores de qualidade de vida urbana, o estudo destacou: segurança, transporte, educação, saúde, assistência judiciária, acessibilidade, qualidade ambiental, e aspectos subjetivos como a felicidade de conviver uns com os outros na comunidade. Dentre essas questões emergiram aspectos da vida cotidiana como a possibilidade de se respirar ar puro, de ir para o trabalho de bicicleta, de olhar os peixinhos do rio, sensação de bem-estar e, de qualidade de vida urbana.

Os participantes da pesquisa ainda relacionaram aspectos interligados à felicidade como abrir a janela, dar um bom dia ao vizinho, desejar coisas boas às pessoas. Do exposto pelos moradores emergiu com bastante força a questão do pertencimento àquela comunidade e a alegria de fazer parte daquele grupo social. Chamou-nos a atenção a compreensão da comunidade sobre a interdependência das coisas, a ideia de que vivemos como redes o que vai ao encontro do pensamento de Capra (2006), não existe hierarquia mas redes que se formam dentro de outras redes de relações.

Foi por meio das narrativas que os moradores construíram conhecimento sobre a sua própria vida social, atualizando por meio de seus discursos novos significados para a Qualidade de vida urbana Essa nova configuração também funcionou como uma tomada de consciência por parte desses moradores ao refletirem sobre a situação do bairro onde vivem. Essa tomada de consciência passa pela compreensão de que qualidade de vida urbana é ser feliz na medida em que se aprende a viver juntos como orienta Dellors (2012).

Referências

- ALMEIDA, Marco Antonio Bettine de; GUTIERREZ, Gustavo Luis. Qualidade de vida: discussões contemporâneas. Disponível em: http://www.fef.unicamp.br/fef/sites/uploads/deafa/qvaf/evolucao_cap16.pdf. Acesso em: 10 jan. 2016.
- ANDERSON, Maria Inez Padula et al. Saúde e qualidade de vida na terceira idade. 1998. Disponível em: http://few.universoef.com.br/container/gerenciador_de_arquivos/arquivos/278/saude-e-qualidade-de-vida.pdf. Acesso em: 24 jan. 2017.
- ARAÚJO, Marley Rosana Melo de et al. Transporte público coletivo: discutindo

acessibilidade, mobilidade e qualidade de vida. *Psicologia & Sociedade*. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v23n3/15.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2017.

BAIMA, Cesar. Mobilidade tem forte efeito na economia e na qualidade de vida, afirma especialista. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/sociedade/ciencia/revista-amanha/mobilidade-tem-forte-efeito-na-economia-na-qualidade-de-vida-afirma-especialista-9912420>. 2013. Acesso em: 15 jan. 2017.

BALASSIANO, Ronaldo; CHIQUETTO, Sérgio Luiz; ESTEVES, Ricardo. Transporte e qualidade de vida. Disponível em: <file:///C:/Users/Fer/Downloads/341-1143-1-PB.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2017.

BITTAR, Eduardo C. B. Ética, educação, cidadania e direitos humanos: estudos filosóficos entre cosmopolitismo e responsabilidade social. Barueri, SP: Manole, 2004.

CAMPOS, Maryane Oliveira; RODRIGUES NETO, João Felício. Qualidade de vida: um instrumento para promoção de saúde. *Revista Baiana de Saúde Pública*, v. 32, n. 2, maio/ago., 2008, p. 232-240. Disponível em: <http://stoa.usp.br/lislaineaf/files/-1/19150/qualidade-vida-instrumento-promocao-saude.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2016.

CAMPOS, Vânia Barcellos Gouvêa. Uma visão da mobilidade urbana sustentável. Disponível em: <http://www.fetranspordocs.com.br/downloads/08umavisaodaMobilidadeUrbanaSustentavel.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2017.

CAPRA, Fritjof. *O Ponto de Mutação – A Ciência, a Sociedade e a Cultura emergente*. 27ª ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, Vilobaldo Adelídio de Carvalho; E SILVA, Maria do Rosário de Fátima. Política de segurança pública no Brasil: avanços, limites e desafios. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rk/v14n1/v14n1a07.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2017.

CINTRA, Antonio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. Teoria geral do processo. 31. ed., rev. e ampl. São Paulo: Malheiros, 2015.

COELHO, Fábio Alexandre. Teoria Geral do Processo. 3. ed. rev. e ampl. Bauru: Spessotto, 2016.

COSTA, Heloisa Soares de Moura. Desenvolvimento urbano sustentável: uma contradição de termos? 2013. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/279662817_Desenvolvimento_urbano_sustentavel_uma_contradicao_de_termos. Acesso em: 25 jan. 2017.

DELORS, Jacques (org.). Educação um tesouro a descobrir – Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. 7. ed. Cortez, 1998.

FREIRE, Angela Biazzi. Saúde, educação e qualidade de vida. 2008. Disponível em: <http://www.redalyc.org/html/929/92970211/>. Acesso em: 22 jan. 2017.

GATTI, Bernadete Angelina. Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas. Brasília: Líber, 2005.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIMENES, Gabriel de Freitas. Usos e significados da qualidade de vida nos discursos contemporâneos de saúde. *Trab. Educ. Saúde*, v. 11, n. 2, maio/ago., 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tes/v11n2/a03v11n2.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2016.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. *Cadernos Cedes*. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539.pdf>. 2001. Acesso em: 22 jan. 2017.

LEITE, Márcia da Silva Pereira. Políticas sociais e cidadania. *Revista de Saúde Coletiva*. 1991. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/physis/v1n1/06.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2017.

LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. 16. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2013.

MAGALHÃES JÚNIOR, Antônio Pereira. Indicadores ambientais e recursos hídricos: realidade e perspectivas para o Brasil a partir da experiência francesa. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

MALHEIROS, Tadeu Fabricio; PHILIPPI JR., Arlindo; COUTINHO, Sonia Maria Viggiani Coutinho. Agenda 21 Nacional e Indicadores de Desenvolvimento Sustentável: contexto brasileiro. *Saúde Soc.* 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v17n1/02.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2017.

MARTINELLI, Marcelo. CARNEIRO, Adriana Munhoz; RUEDA, Fabián Javier Marín Rueda. Lazer e qualidade de vida: considerações frente ao processo de envelhecimento. *Scientia Medica*. 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/287929729_Lazer_e_qualidade_de_vida_consideracoes_frente_ao_processo_de_envelhecimento. Acesso em: 23 jan. 2017.

MENDONÇA, JG. Planejamento e medição da qualidade de vida urbana. *Cadernos metrópole* 15 pp. 13-24 1o sem. 2006. Disponível em: http://www.arq.ufmg.br/lab-urb/wp-content/uploads/2013/10/2_Planejamento-e-medi%C3%A7%C3%A3o-da-qualidade-de-vida-urbana.pdf. Acesso em 9 de abril de 2017

MENICUCCI, Telma Maria Gonçalves. O Sistema Único de Saúde, 20 anos: balanço e perspectivas. *Cad. Saúde Pública*. 2009. Disponível em: <file:///E:/MESTRADO2/artigos%20discussão%20ok/artigos%20cidadania/saúde.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Qualidade de vida e valores existências. *Ciênc. Saúde Coletiva*, v. 18, n. 7, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext_pr&pid=S1413-81232013010800001. Acesso em 18 out. 2015.

MINAYO, Mara Cecília de Souza; O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Política nacional de mobilidade urbana sustentável. 2004. Disponível em: <http://www.ta.org.br/site/Banco/7manuais/6PoliticaNacionalMobilidadeUrbanaSustentavel.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2017.

MORIN, Edgar. A noção de sujeito. Em D. F. Schnitman (Org.). *Novos paradigmas, cultura e subjetividade*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

MORIN, Edgar. Os Sete Saberes necessários à Educação do Futuro. 3. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2001.

MORIN, E..A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

NAHAS, Maria Inês Pedrosa. Metodologia de construção de índices e indicadores sociais, como instrumentos balizadores da gestão municipal da qualidade de vida urbana: uma síntese da experiência de Belo Horizonte, 2001. Disponível em: http://indicadores.fecam.org.br/uploads/28/arquivos/4059_NAHAS_M__Metodologia_de_Construcao_de_Indices_e_Indicadores.pdf. Acesso em: 04 fev. 2016.

NAHAS, M. I. P. (2004). Indicadores sociais como instrumentos para formulação de políticas públicas e monitoramento da qualidade de vida urbana nas cidades brasileiras. Capacitação e informação. Cadernos Mcidades8. Brasília, Ministério das Cidades, 2004.

OBSERVATÓRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA. A segurança pública no Brasil. Disponível em: <http://www.observatoriodeseguranca.org/seguranca>. Acesso em: 22 jan. 2017.

ORTH, Dora Maria. Qualidade do Ambiente Urbano. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

PASCHOAL, Sérgio Márcio Pacheco. Qualidade de vida na velhice. Disponível em: <http://www.portaldoenvelhecimento.com/acervo/pforum/eqvspp4.htm>. Acesso em: 22 jan. 2017.

PASCOAL, Miriam. Qualidade de vida e educação. Revista de Educação PUC-Campinas. 2004. Disponível em: <file:///C:/Users/Fer/Downloads/272-573-1-SM.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2017.

PAULO, Vicente; ALEXANDRINO, Marcelo. Direito Constitucional Descomplicado. 3. ed. rev. e atualizada. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2008.

PEREIRA, Érico Felden. TEIXEIRA, Clarissa Stefani. SANTOS, Anderlei dos. Qualidade de vida: abordagens, conceitos e avaliação. São Paulo, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/readcube/epdf.php?doi=10.1590/S1807-55092012000200007&pid=S1807-55092012000200007&pdf_path=rbefe/v26n2/07.pdf. Acesso em 04 jun. 2015.

PIMENTA, Fausto Aloísio Pedrosa. et al. Avaliação da qualidade de vida de aposentados com a utilização do questionário SF-36. Rev. Assoc. Med. Bras., 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ramb/v54n1/21.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2016.

RAMOS, Nilva Souza. Qualidade de vida e lazer: direitos sociais. 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/5871>. Acesso em: 25 jan. 2017.

ROCHA, Alby Duarte. et al. Qualidade de vida, ponto de partida ou resultado final?. Ciência & Saúde Coletiva, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v5n1/7080.pdf>. Acesso em 15 jan. 2016.

RIBEIRO, Wagner Costa. Em busca da qualidade de vida. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. História da cidadania. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2005.

SANTANA, André Turin; LUVIZOTTO, Caroline Kraus; CUBA, Renata Medici Frayne.

Saneamento básico e sua relação com a qualidade de vida nos assentamentos do município de Teodoro Sampaio-SP. 2012. Disponível em: <file:///C:/Users/Fer/Downloads/354-703-1-SM.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2017.

SOARES, Luiz Eduardo. Novas políticas de segurança pública. Estudos avançados. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n47/a05v1747.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2017.

SOUZA, Rafaela Assis de; CARVALHO, Alysson Massote Carvalho. Programa de Saúde da Família e qualidade de vida: um olhar da Psicologia. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v8n3/19974.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2017.

TAVARES, André Ramos. Curso de direito constitucional. 4. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2006.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade. 2002. Disponível em: <file:///C:/Users/Fer/Downloads/POLITICAS+PUBLICAS+E+O+DESENVOLVIEMNTO+LOCAL.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2017.

VIEIRA, Liszt. Cidadania e globalização. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

WEBER, Thadeu. A ideia de um "mínimo existencial" de J. Rawls. Kriterion, n. 27, jun., 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/kr/v54n127/n127a11.pdf>. Acesso em 15 fev. 2016.

ZANELLA, Andréa Vieira. Escolarização formal e cidadania. 2008. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/hn3q6/pdf/silveira-9788599662885-09.pdf>.